



PROCESSO N.º 50/06

PROTOCOLO N.º 8.627.123-0/05

PARECER N.º 77/07

APROVADO EM 07/03/07

CÂMARA DE ENSINO FUNDAMENTAL

INTERESSADA: ESCOLA RURAL MUNICIPAL MARECHAL CÂNDIDO RONDON  
– EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

MUNICÍPIO: ANTONIO OLINTO

ASSUNTO: Pedido de autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.

RELATORA: SOLANGE YARA SCHMIDT MANZOCHI

### I - RELATÓRIO

1 - A Secretaria de Estado da Educação encaminha, pelo ofício n.º 4560/05-GS/SEED, com incluso Parecer n.º 2157/05, da Coordenação de Estrutura e Funcionamento - CEF/SEED, o protocolo em referência, pelo qual a direção da Escola Rural Municipal Marechal Cândido Rondon – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Antonio Olinto, mantida pela Prefeitura Municipal, solicita autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, a partir do início do ano letivo de 2006.

O processo foi convertido em diligência, retornando com atendimento ao solicitado por meio do ofício n.º 707/07-GS/SEED, em 31/01/07.

### 2 - Dados Gerais do Curso

- Curso: Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I.
- Regime de funcionamento: preferencialmente no período noturno.
- Regime de matrícula: por áreas do conhecimento.
- Carga horária: 1.200 (mil e duzentas) horas.
- Modalidade de oferta: presencial.
- Freqüência mínima de 75% da carga horária total prevista na matriz curricular.



PROCESSO N.º 50/06

### 3 - Organização Curricular

Os conteúdos escolares serão organizados por área do conhecimento, estando dispostos na matriz curricular, de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

### Matriz Curricular

| <b>MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA<br/>EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS<br/>ENSINO FUNDAMENTAL – FASE I</b> |                           |                                |
|---|---------------------------|--------------------------------|
| ESTABELECIMENTO: Escola Rural Municipal Marechal Cândido Rondon – E.I. - E.F.                           |                           |                                |
| ENTIDADE MANTENEDORA: Prefeitura Municipal  |                           |                                |
| MUNICÍPIO: Antonio Olinto   |                           | NRE: União da Vitória          |
| ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2006   |                           | FORMA: Simultânea              |
| CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440 H/A ou 1200 HORAS  |                           |                                |
| <b>ÁREAS DO<br/>CONHECIMENTO</b>  | <b>Total de<br/>Horas</b> | <b>Total de<br/>horas/aula</b> |
| LÍNGUA PORTUGUESA   | 1200                      | 1440                           |
| MATEMÁTICA  |                           |                                |
| ESTUDOS da SOCIEDADE e<br>da NATUREZA   |                           |                                |
| <b>TOTAL</b>  | <b>1200</b>               | <b>1440</b>                    |
| <i>Total de Carga Horária do Curso</i>  |                           | <i>1200 horas ou 1440 h/a</i>  |

### 4 - Processo de Avaliação

O processo de avaliação, classificação e promoção estão descritos no Regimento Escolar (cf. fls. 48 a 50 e 64 a 66).

5 - O Plano de Avaliação Institucional está disposto no processo à folha 52.

6 - O Plano de Capacitação Continuada do Corpo Docente está descrito às folhas 52 e 77 do processo.



PROCESSO N.º 50/06

#### 7 - Corpo Docente

A relação dos docentes indicados para o curso consta do ANEXO I deste Parecer.

#### 8 - Recursos Físicos e Materiais

Os recursos físicos e materiais estão descritos às folhas 16, 17 e 101 do referido processo.

#### 9 - Comissão Verificadora

A Comissão Verificadora, designada pelo Ato Administrativo n.º 184/05 (cf. fl. 53), do NRE de União da Vitória, constatando *"in loco"* a existência das condições mínimas para o regular funcionamento, bem como da Proposta Pedagógica adequada à Deliberação n.º 14/99-CEE e do Regimento Escolar adequado à Deliberação n.º 16/99-CEE, foi de parecer favorável à autorização de funcionamento do curso (cf. fl. 59).

#### II - VOTO DA RELATORA

Considerando o exposto e o Parecer n.º 2157/05-CEF/SEED, somos pela autorização de funcionamento da Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I, presencial, a partir do início do ano letivo de 2006, com matrícula em todas as áreas do conhecimento e com carga horária de 1.200 (mil e duzentas) horas, na Escola Rural Municipal Marechal Cândido Rondon – Educação Infantil e Ensino Fundamental, Município de Antonio Olinto, mantida pela Prefeitura Municipal.

A autorização do curso, em caráter excepcional, terá validade por 4 (quatro) anos, contados a partir da data de publicação do ato autorizatório, renovável após verificação complementar, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, conforme art. 34 da Deliberação n.º 04/99-CEE, desde que, após 2 (dois) anos da autorização, obtenha avaliação favorável da SEED.

Alerta-se que foi alterada pela Resolução CNE/CEB n.º 1, de 31 de janeiro de 2006, a nomenclatura da disciplina do Ensino Fundamental, de Educação Artística para Artes. Deve, portanto, a instituição de ensino fazer a devida adequação.



PROCESSO N.º 50/06

A Deliberação n.º 04/06-CEE estabelece Normas Complementares às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais. A Deliberação n.º 07/06-CEE institui a inclusão dos conteúdos de História do Paraná nos currículos da Educação Básica. Deve, portanto, o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino garantir a organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular em atendimento às Deliberações anteriormente referidas.

Devolva-se o processo ao estabelecimento de ensino para constituir acervo e fonte de informação.

É o Parecer.

#### CONCLUSÃO DA CÂMARA

A Câmara de Ensino Fundamental aprova, por unanimidade, o Voto da Relatora.  
Curitiba 07 de março de 2007.

#### DECISÃO DO PLENÁRIO

O Plenário do Conselho Estadual de Educação aprovou, por unanimidade, a Conclusão da Câmara.  
Sala Pe. José de Anchieta, em 07 de março de 2007.



PROCESSO N.º 50/06

**ANEXO I**

Estabelecimento: Escola Rural Municipal Marechal Cândido Rondon – Educação Infantil e Ensino Fundamental

Município: Antonio Olinto

Curso de Educação de Jovens e Adultos - Ensino Fundamental - Fase I

**RELAÇÃO DE DOCENTES**

| <b>DOCENTE</b>        | <b>FORMAÇÃO</b>  |
|-----------------------|--|
| Claudia Leandra Gomes | - Magistério – 2º Grau<br>- Normal Superior (VIZIVALI) |



PROCESSO N.º 50/06

## DECLARAÇÃO DE VOTO

A definição quanto ao período de vigência de autorização de cursos de EJA precisa ser analisado com cautela. O artigo 34 da Deliberação CEE n.º 04/99 define que, quando a autorização para funcionamento referir-se às quatro primeiras séries ou ciclo do Ensino Fundamental ou Fase I da Educação de Jovens e Adultos, à vista da expressa manifestação da vontade da mantenedora em não instalar as séries subseqüentes, o ato será concedido por um período de quatro anos.

Contudo, a Deliberação CEE n.º 12/99 deu nova configuração para os cursos de EJA. A Deliberação n.º 08/00-CEE consolidou o processo de aligeiramento. O quadro comparativo abaixo ilustra as mudanças ocorridas após a aprovação de Deliberação n.º 04/99-CEE:

| Quantidade de horas-aula    | Deliberação 34 de 29/11/1984 | Deliberação 12 de 03/09/99 | Deliberação 08 de 20/12/00 |
|-----------------------------|------------------------------|----------------------------|----------------------------|
| Fase I                      | *1                           | 1300 horas-aula            | 1200 horas-aula            |
| Fase II                     | 2000 horas-aula              | 1900 horas-aula            | 1200 horas-aula            |
| Fase III 2º Grau/Ens. Médio | 1950 horas-aula              | 1600 horas-aula            | 1200 horas-aula            |

Deve-se concordar que os cursos de EJA passaram por mudanças significativas. A Deliberação que nivelou a carga horária em 1200 horas-aula definiu em seu Artigo 17:

“A autorização dos cursos de Educação de Jovens e Adultos terá validade de 02 (dois) anos, devendo submeter-se após esse período a processo de avaliação pelo Sistema Estadual de Ensino.”

Portanto, os Conselheiros que aprovaram a Deliberação CEE n.º 08/00 tiveram o bom senso de definir um processo de avaliação, após dois anos de execução da forma de oferta com 1200 horas-aula, para, com base na

<sup>1</sup> A Deliberação 34/84, em seu Artigo 21, definia uma duração mínima de 3320 horas-aula para o curso de 1º grau supletivo. Ocorre que os cursos eram ofertados na forma sistemática e assistemática. A forma assistemática permitia organizações outras, inclusive EAD, contudo o processo de avaliação era sempre fora do processo.



PROCESSO N.º 50/06

avaliação, definir pela continuidade ou alteração desta oferta. Como ainda não houve esta avaliação sistemática não podemos concordar com autorização de quatro anos para nenhuma das fases em quaisquer circunstâncias. Após o processo de avaliação já propusemos na Deliberação CEE n.º 06/05 o período de quatro anos, não somente para Fase I como também para todas as fases.

É lamentável a confusão que se faz entre cursos e exames. A defesa de avaliação no processo para os cursos aligeirados tem sido um desastre e uma forma de emissão de certificados e diplomas sem lastro com o conhecimento correspondente, mas atende ao desejo de manutenção da exploração desta fatia do mercado educacional, onde se acolhe a demanda dos excluídos, que hora ou outra precisam de um papel para comprovar a escolaridade que não tiveram, para poderem disputar empregos de baixa qualificação, onde os selecionadores realizam corte escolar para facilitar o trabalho de seleção dos mais aptos ao conhecimento tácito.

Seria mais tranqüilo organizar cursos assistemáticos para quem não pode freqüentar a escola na idade apropriada, se não existissem fortes interesses mercadológicos na oferta. Quantos impérios educacionais privados foram montados com os recursos arrematados dos cursos de EJA?

A sociedade desigual em que vivemos não pode ler a Lei 9394/96 e interpretar em seu conjunto os artigos 7º, 17 e 37. Não existe na cabeça da maioria dos juízes o conceito de equidade; igualdade já é pedir muito. Precisamos da intervenção conjunta dos poderes públicos nos cursos de EJA, num projeto que garanta ensino de qualidade gratuito, senão continuaremos enganando muita gente e nos enganando quando acreditamos que fazemos nossa parte, o que é pior. Os processos aligeirados de Cursos de EJA da oferta privada tem influenciado negativamente a oferta pública de EJA e a oferta de EJA, tem influenciado negativamente, em termos de aligeiramento, encurtamento do roteiro de estudos, dos cursos regulares da oferta pública e privada.

Precisamos acordar um processo de avaliação da qualidade dos cursos de EJA e todos os atores educacionais devem se empenhar nesta tarefa. Encurtar o itinerário de formação, o que fazemos desde a Deliberação CEE n.º 08/00 não pode implicar em facilidades para quem quer ganhar dinheiro fácil com a educação.

Arnaldo Vicente  
Conselheiro